

## Respostas aos Recursos S02 – CONTROLADOR INTERNO

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta alterada para:
41-1 49-2 45-3	<p>A questão, alvo do recurso, solicitava que se identificasse a definição correta do regime de competência aplicado na contabilidade governamental. O regime de competência é um princípio fundamental na contabilidade que determina que as transações sejam reconhecidas no momento em que ocorrem, independentemente do pagamento ou recebimento.</p> <p>A alternativa correta indicada pelo gabarito preliminar, em realidade, foi a alternativa <b>b)</b> "Considera as transações no momento em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento."</p> <p>O recurso afirma que o gabarito preliminar indicava a alternativa "D" como correta, o que está incorreto. Afirmar, a alternativa "D" afirma que o regime de competência é "utilizado somente para transações financeiras internacionais", o que é uma definição equivocada do regime de competência.</p> <p>O regime de competência, conforme estabelecido nas normas contábeis, aplica-se a todas as transações financeiras, independentemente de serem nacionais ou internacionais, refletindo os efeitos das transações e eventos no momento em que ocorrem.</p> <p>Os argumentos apresentados nos recursos não justificam a anulação da questão. O gabarito preliminar indicou corretamente a alternativa "b)" como a resposta correta, que define o regime de competência como aquele que considera as transações no momento em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento, considerando as demais incorretas. Portanto, a questão permanece válida e o gabarito preliminar está mantido.</p> <p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p>	Indeferido	Gabarito mantido

	Prezando pela lisura do certame INDEFIRO o recurso.		
42-1 45-2 47-3	<p>Em face do recurso apresentado, passo a informar que a alternativa indicada como correta na questão sobre os princípios orçamentários foi, de fato, a alternativa (a) Princípio da Universalidade. Este princípio assegura que todas as receitas e despesas do governo devem estar previstas no orçamento, garantindo uma visão completa e abrangente das finanças públicas.</p> <p>A alternativa (c) Princípio do Equilíbrio, mencionada em seu recurso, não foi indicada como a resposta correta. O Princípio do Equilíbrio trata da necessidade de equilibrar receitas e despesas no orçamento, mas não se refere especificamente à inclusão de todas as receitas e despesas, como faz o Princípio da Universalidade.</p> <p>Diante disso, informamos que seu recurso é improcedente, pois a resposta correta já foi corretamente indicada como a alternativa (a) Princípio da Universalidade.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
44-1 41-2 42-3	<p>A questão em análise pediu para identificar qual das opções apresentadas não constitui um tipo de crédito adicional conforme a legislação brasileira. A resposta correta indicada foi a alternativa (d) "Cumulativos".</p> <p>De acordo com os artigos 40 e 41 da Lei Federal nº 4.320/64:</p> <p>Art. 40. São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.</p> <p>Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:</p> <p>I - Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;</p> <p>II - Especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;</p> <p>III - Extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.</p> <p>Dessa forma, os créditos adicionais são classificados como suplementares, especiais e extraordinários. A alternativa (d) "Cumulativos" não se encontra prevista na legislação como um tipo de crédito adicional. Portanto, foi corretamente indicada como a opção que não é um tipo de crédito adicional.</p> <p>Em relação à alternativa (e) "Reserva", a menção ao termo "reserva de contingência" na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não o classifica como um tipo de crédito adicional. A reserva de contingência é uma previsão orçamentária destinada a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e pode ser utilizada para abertura de créditos adicionais, mas não é ela própria um tipo de crédito adicional.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

	<p>Portanto, ao considerar que a alternativa "Cumulativos" não é mencionada na legislação brasileira como um tipo de crédito adicional, enquanto "Reserva" é um conceito associado à gestão orçamentária e não à classificação dos créditos adicionais, o gabarito preliminar está correto ao indicar "Cumulativos" como a resposta certa.</p> <p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Diante do exposto, seu recurso é indeferido, pois a alternativa correta, conforme a legislação vigente, foi corretamente indicada como (d) "Cumulativos".</p> <p>Prezando pela lisura do certame INDEFIRO o recurso.</p>		
45-1 47-2 41-3	<p>Em face do recurso apresentado, saliento que a alternativa indicada como correta na questão sobre os demonstrativos da gestão fiscal e patrimonial foi, em realidade, foi a alternativa (a) Balanço Orçamentário. Esse demonstrativo é responsável por evidenciar as receitas arrecadadas e as despesas realizadas em um determinado período, confrontando-os com os valores previstos no orçamento, conforme determina a legislação vigente.</p> <p>As alternativas não foram indicadas como a resposta correta. A alternativa (b) Balanço Financeiro, apesar de importante, não cumpre a função de confrontar receitas e despesas com os valores previstos no orçamento. O Balanço Financeiro é um demonstrativo que evidencia as entradas e saídas de recursos financeiros, mas não faz o confronto específico com o orçamento previsto.</p> <p>Diante disso, informamos que seu recurso é improcedente, pois a resposta correta já foi corretamente indicada como a alternativa (a) Balanço Orçamentário.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
46-1 50-2 48-3	<p>Em face do recurso apresentado saliento que a alternativa indicada como correta na questão sobre as inovações introduzidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, foi, na verdade, a alternativa (b) Implementação do diálogo competitivo como modalidade de licitação. Essa nova modalidade foi estabelecida pela lei para permitir que a administração pública possa dialogar com os licitantes para desenvolver as melhores soluções antes da apresentação das propostas.</p> <p>As demais alternativas indicadas na questão não foram indicadas como a resposta correta. A alternativa (e) Estabelecimento de um teto universal para todas as modalidades de licitação não corresponde à realidade das inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021. A modalidade de</p>	Indeferido	Gabarito mantido

	<p>'concurso' não foi extinta, a proibição total de contratos de gestão com organizações sociais não foi implementada, e a obrigação de licitação para todas as contratações de serviços advocatícios não é uma inovação trazida por esta lei.</p> <p>Diante disso, informamos que seu recurso é improcedente, pois a resposta correta já foi corretamente indicada como a alternativa (b) Implementação do diálogo competitivo como modalidade de licitação.</p>		
47-1 42-2 49-3	<p>Em face do recurso apresentado, saliento que a alternativa indicada como correta na questão sobre os Princípios Constitucionais Orçamentários foi, na verdade, a alternativa (c) Princípio da Anualidade.</p> <p>Este princípio determina que o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período determinado, geralmente um ano, garantindo que as receitas e despesas sejam planejadas e executadas dentro de um exercício financeiro específico.</p> <p>A alternativa mencionada em seu recurso não foi indicada como a resposta correta. É importante destacar que o Princípio da Unidade refere-se à existência de um único orçamento para cada ente da federação, o Princípio da Universalidade estabelece que todas as receitas e despesas devem constar no orçamento, o Princípio do Orçamento Bruto trata da inclusão de todas as receitas e despesas em valores brutos, sem deduções, e o Princípio da Exclusividade determina que a lei orçamentária não deve conter dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa.</p> <p>Diante disso, informamos que seu recurso é improcedente, pois a resposta correta já foi corretamente indicada como a alternativa (c) Princípio da Anualidade.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
48-1 43-2 44-3	<p>Em face do recurso apresentado, saliento que a alternativa indicada como correta na questão sobre os princípios do Direito Administrativo foi, da verdade, a alternativa (b) Princípio da Impessoalidade. Este princípio assegura que a administração deve tratar todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimenais, garantindo igualdade de tratamento, e as demais alternativa incorretas.</p> <p>A alternativa mencionada em seu recurso não foi indicada como a resposta correta. É importante destacar que o Princípio da Legalidade refere-se à obrigação da administração pública de atuar conforme a lei, o Princípio da Tipicidade trata da necessidade de os atos administrativos corresponderem a tipos legais previamente definidos, o Princípio da Publicidade diz respeito à transparência dos atos administrativos, e o Princípio da Eficiência visa garantir que a administração pública atue de maneira célere e eficaz.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

	Diante disso, o recurso é improcedente, pois a resposta correta já foi corretamente indicada como a alternativa (b) Princípio da Impessoalidade.		
50-1 46-2 43-3	<p>Em face do recurso apresentado saliento que, a questão visa identificar qual característica <b>não</b> se aplica às sociedades de economia mista (SEM).</p> <p>Alternativa "E": "Objetivo de lucro alinhado à função social e ao interesse público." Esta alternativa está correta e não deve ser considerada para alteração, pois, de fato, as SEM têm como objetivo o lucro, mas esse lucro deve ser compatível com sua função social e interesse público. A legislação e a doutrina estabelecem claramente que as sociedades de economia mista, mesmo buscando lucro, devem atender a interesses públicos e sociais.</p> <p>Alternativa "C": "Sujeição ao regime jurídico integralmente público." As SEM são entidades da administração indireta que operam sob um regime híbrido, combinando aspectos de direito público e privado. Elas são constituídas sob a forma de sociedades anônimas e, portanto, sujeitas predominantemente ao regime jurídico de direito privado, conforme estabelecido na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). Assim, a sujeição ao regime jurídico integralmente público não se aplica a essas entidades, justificando a escolha desta alternativa como correta.</p> <p>Portanto, mantendo a análise fundamentada na legislação e doutrina pertinentes, indeferimos o recurso, considerando que, em realidade, o gabarito preliminar já indica como alternativa correta sendo a letra "C".</p>	Indeferido	Gabarito mantido